



Relatório e Contas do Órgão de
Administração
e
Parecer do Órgão de Fiscalização
Exercício - 2023



1. Relatório de Gestão

INDICE	1
---------------------	----------

1. Relatório de Gestão

1.1 Introdução	2
1.2 A Estratégia de Gestão no Período	2
1.2.1 Logística.....	2
1.2.2 Infraestruturas e Equipamentos	2
1.2.3 Recursos Humanos.....	3
1.2.4 Voluntários	3
1.3 Respostas Sociais.....	3
1.3.1 Centro de Dia (CD).....	3
1.3.2 Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).....	4
1.3.3 Cantinas Sociais.....	4
1.4 Perspetivas e Notas Finais	4
1.5 Relação com Entidades Públicas e Privadas.....	6
1.6 Situação perante o Estado e Outros Entes Públicos.....	6
1.7 Proposta de Aplicação de Resultados.....	6

2. Relatório Financeiro

2.1 Análise Económica e Financeira

3. Contas do exercício

3.1 Demonstração de Resultados

4. Parecer do Órgão de Fiscalização

RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Introdução

Senhores associados,

Nos termos estatutários vimos submeter à apreciação de V. Exas, o relatório de Gestão do Órgão de Administração, o balanço e a demonstração de resultados referentes ao período de 01/01/2023 a 31/12/2023, do Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz.

No presente documento procuramos demonstrar a gestão operacional da Instituição, com o movimento habitual no seu funcionamento, assim como algumas ações e aquisição de equipamentos de manutenção, como foi nosso propósito no relatório do plano e orçamento para o período.

1.2 A Estratégia de Gestão no Período

1.2.1 Logística

Nesta área procuramos consolidar o trabalho anterior de controlo em armazéns, utilização de viaturas, no controlo de combustíveis e quilometragem, utilizando a mesma colaboradora que se encontra no serviço administrativo e adicionando uma outra para a gestão do armazém geral. Pensamos que este controlo, assim como a verificação e pesagem aleatória dos produtos quando rececionados, tem contribuído para uma poupança nas despesas de funcionamento. Apesar de não podermos tirar partido do espaço da horta, que em anos anteriores já tínhamos usufruído, isto devido ao facto de nos faltar um responsável pelo espaço, uma vez não haver possibilidades de candidatos através do IEFP e não ser rentável contratar uma pessoa para o efeito.

No entanto as dídivas por comerciantes e empresários do sector na região têm minorado esta falta.

1.2.2 Infraestruturas e Equipamentos

As despesas efetuadas no período foram reduzidas, considerando a conjuntura e de acordo com os objetivos propostos em orçamento. No entanto, como temos referido, todos os equipamentos estão a ficar muito usados e haverá a necessidade de substituir alguns, com mais urgência na cozinha e lavandaria, devido à relação custo/benefício ser francamente negativo por permanentes manutenções especialmente na área cozinha. Por outro lado, a estrutura elétrica de todo o edifício apresenta dificuldades em relação a certos equipamentos para os quais não estava dimensionada, originando dificuldades no quadro e assim consequentes avarias por cargas superiores ao que o mesmo pode suportar. Assim, houve necessidade de um estudo adequado e no exercício seguinte, irá ser aumentada a potência com a colocação de novos quadros elétricos para a resolução do problema. O consumo energético tem um peso elevado na despesa da instituição, por isso esta área foi alvo de uma análise ponderada de forma minimizar esta situação. Assim, a decisão de aproveitar a energia solar com um conjunto de painéis fotovoltaicos revelou-se fundamental na redução da fatura mensal, produzindo parte da energia que consumimos.

Acreditamos que certas decisões estarão para breve e as mesmas irão permitir alterações nestas áreas.

Apesar de possuímos informação que nos permita validar a intenção desejada há já demasiado tempo, continuamos a avaliar a melhor forma de atingir os objetivos da Instituição.

Por outro lado, preocupa-nos a cobertura de todo o edifício, devido ao material com que é revestido, tal como nos anexos norte (capela, armazéns, parque etc...). Acreditamos que este problema será resolvido em conjunto com a ampliação/construção da nova resposta social ERPI, há muito tempo desejada.

1.2.3 Recursos Humanos

Esta é inevitavelmente a área que mais recursos financeiros consome na Instituição. Assim para evitar maiores custos, temos recorrido a programas do IEFP, e vamos continuar a seguir este caminho, de modo que os encargos mensais não sejam tão pesados. Neste momento a Instituição funciona com um número de colaboradoras aceitável para os serviços a desempenhar. Em função de notícias que irão ocorrer sobre a candidatura ao ERPI, teremos ou não de tomar decisões de forma a tornar mais suave o peso financeiro desta área, na despesa geral da Instituição. Em 2023 devolveu-se uma ação de formação de 50 horas para todas as colaboradoras, com a temática “Prevenção e Combate a Incêndios”, ministrada pelo Centro de Formação Profissional -IEFP, em parceria com o Centro Social Paroquial de Santa Marta de Alcanhões. Houve também formação em contexto de trabalho e em horário laboral, com o mote da “Melhoria Contínua na Qualidade dos Serviços”, ao longo de todo o ano com a carga total de 50 horas.

1.2.4 Voluntários

Esta área através de ações fundamentais, tem levado a nossa mensagem a toda a comunidade, mostrando a razão por que existimos e assim criando uma imagem de aceitação e credibilidade junto daqueles que servimos. A ação dos voluntários não é só importante no aspeto económico, é-o também no plano social. É através de pessoas, não necessariamente ligadas aos Órgãos Sociais, colaborando com a Instituição, que a mensagem do que somos e o que fazemos, é mais bem compreendida pela comunidade envolvente. Assim, pelo empenho e grande interesse solidário aqui ficam, mais uma vez, os agradecimentos do Órgão Executivo a todo este grupo, pelo seu generoso e dedicado apoio e trabalho desenvolvido ao longo dos anos. No entanto, é de justiça dizer que também os Órgãos Sociais são voluntários, e como todos os outros, dispendo dos seus próprios meios para servir a Instituição, com a responsabilidade acrescida da sua total gestão. É sempre conveniente referir que nem sempre a comunidade e associados que não frequentam as reuniões e Assembleias Gerais, dispõem de mente aberta para reconhecerem o trabalho e a dedicação dos que assumem responsabilidades para que a Instituição cumpra a função para a qual foi criada.

1.3 Respostas Sociais

1.3.1 Centro de Dia (CD)

Nesta resposta social tem-se notado uma certa estabilidade. De qualquer modo o número de utentes ainda está aquém da resposta que a Instituição pode dar. Espera-se que uma vez tomada a decisão de construção do novo equipamento para uma nova resposta social, a situação melhore consideravelmente. No entanto através de novas ideias que implementámos como seja, estruturar o projeto “Centro das Atenções”, dotando-o de uma nova dimensão, conseguimos atingir outra população alvo e assim minorar a redução de aderentes a esta resposta social que há muito está desadequada no serviço à comunidade.

Continuamos a manter um grupo composto por senhoras, que através de trabalhos manuais, bordados e outros, nos têm ajudado em imagem e no equilíbrio financeiro da Instituição.

1.3.2 Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Esta resposta social alternou com francas melhorias e momentos de ligeira quebra na frequência de utentes/clientes ao longo do exercício.

As solicitações mais frequentes prendem-se com a necessidade de apoio a utentes acamados, e suas higiènes diárias, a par da entrega de refeições a utentes relativamente autónomos, mas que valorizam terem diariamente alimentação diversificada e nutricionalmente adequada à sua condição/idade.

Esta é uma área que poderá ser sobejamente explorada com um leque mais alargado de respostas ao utente.

No entanto, visto que o número de vagas protocoladas com a segurança social está constantemente preenchido, os novos utentes desta resposta estarão para além do número acordado, tendo de suportar um valor superior pelo serviço prestado.

De qualquer modo, considerando a razão primeira e última da nossa existência, não permitiremos que alguém fique sem a resposta social adequada.

1.3.3 Cantinas Sociais

O protocolo celebrado com a Segurança Social no âmbito da Medida de Emergência Social - Cantina Social, veio proporcionar um pequeno conforto a um conjunto de famílias que usufruem desta medida. Temos a noção que não será duradoura, no entanto enquanto vigorar permitirá limitar um pouco as suas dificuldades.

A instituição forneceu diariamente 33 refeições quentes a famílias carenciadas, todos os dias do ano. Consideramos que o valor refeição que nos é compartilhado pela Segurança Social é diminuto, no entanto podemos dizer que estamos a cumprir a nossa missão: servir a população carenciada, ação que se enquadra nos objetivos da instituição.

1.4 Perspetivas e Notas Finais

A crise financeira e social que se tem vivido não permite a recuperação aos melhores níveis financeiros em anos anteriores nas IPSS.

Os aumentos nos vencimentos motivados pelo CCT, não têm sido acompanhados pelas participações financeiras do parceiro ESTADO, sendo que esta situação tem provocado dificuldades nas IPSS, por declínio financeiro, especialmente na resposta social Centro de Dia.

Assim, teremos de adequar em termos financeiros, os serviços que prestamos de um modo mais real e justo, de forma que o défice desta área não seja tão significativo.

Acresce ainda que, a toda a situação da crise referida, se adicionaram ao longo do exercício as dificuldades devido à crise pós-pandémica, tendo a mesma motivado reorganizações e alterações de espaços e normas de funcionamento que provocaram um redobrado esforço em termos financeiros e alterações motivacionais nos colaboradores/as.

Têm sido tempos que só quem está por dentro da estrutura, se dá conta e lhe atribui o reconhecimento devido.

O resultado do exercício a apresentar só é positivo devido à muita imaginação e criatividade do órgão de administração e ao apoio de alguns beneméritos que fazem questão de nos ajudar a suportar as dificuldades. Por outro lado, o reduzido investimento em equipamentos e infraestruturas, apesar dos

mesmos continuarem em degradação e a necessitarem de uma política de renovação urgente, foram diminutos.

Continuamos a acreditar que a renovação total estará para breve, daí termos continuado a manter esta linha de gestão ao longo dos últimos anos.

É de toda a justiça referir que tudo isto dá muito trabalho e só se consegue com a persistência adequada, para que consigamos alcançar o que nos propomos.

De qualquer modo, a função controlo no funcionamento da Instituição terá de ser ainda mais efetiva, quer na área de logística, quer na área dos recursos humanos.

Para que a Instituição preste o seu serviço é necessário manter um determinado número de postos de trabalho, quer a sua capacidade de utentes/clientes nas respostas sociais esteja esgotada, quer esteja a 50% dos mesmos. As despesas com os recursos humanos serão as mesmas, no entanto as receitas, neste caso, cairão para metade. Perguntar-se-á, o que fazer caso esta situação se verifique? É nosso entender que existem várias formas de responder a esta questão.

Num primeiro momento, procurando com alguma criatividade através de projetos, receitas apoiadas em fins instrumentais, ou então através de promoção de eventos, recolha de donativos, e celebração de parcerias estratégicas com eventuais mecenas e por fim tomar medidas que podem ser desagradáveis caso não consigamos tornar a Instituição sustentável.

Neste período assim fizemos, mantendo a adesão ao Programa de Emergência Social - Cantinas Sociais que em conjunto com um maior rigor no controlo de todas as ações, permitiu o equilíbrio das contas da Instituição.

No entanto é fundamental termos a noção que a haver alguma folga, a política de gestão terá de se manter sempre na contenção de despesas como foi norma no exercício em apreço.

É importante que nos foquemos na razão da existência e no objetivo que queremos alcançar: a construção do novo espaço para a resposta social ERPI.

De qualquer modo e como alerta aos associados, teremos de ter a noção que a Instituição só será sustentável tal como está, isto é, proporcionando a qualidade da alimentação atual, conforto em qualquer estação do ano, desenvolvimento permanente psico/social através do acompanhamento diário com as técnicas superiores, etc..., se conseguirmos a construção da Estrutura Residencial para Idosos, ou outra ação que possa fornecer maior equilíbrio financeiro.

Ainda uma referência aos voluntários do Órgão Executivo, para referir que no exercício está contabilizado (aproximadamente) o valor do seu trabalho, que foi doado à Instituição. É uma operação de acordo com a lei e que poderá mostrar à comunidade de associados e à Segurança Social o que o trabalho voluntário representa para sector social no nosso país. O valor encontrado, na ordem das três dezenas de milhar de euros, funciona como donativo dos voluntários à Instituição.

No entanto este valor não é um indicador real do trabalho realizado, porquanto ninguém desempenharia estas funções pelo valor indicado. De ressaltar ainda, toda a responsabilidade diária do Órgão Executivo, na gestão da Instituição perante os associados, os utentes/clientes, suas famílias e sobretudo perante o Estado.

Como nota, o apreço do Órgão de Administração a todos os voluntários que trabalham dedicadamente para que os nossos utentes/clientes sorriam e se sintam acompanhados nas mais diversas necessidades, um profundo agradecimento.

À Direção Técnica e a todas as colaboradoras que no dia-a-dia mostram o seu interesse pela Instituição que servem, algumas por vezes muito para além do que lhes é exigido, também se impõe um agradecimento especial neste exercício, porque apesar das dificuldades sentidas, todas procuram dar um pouco mais para que o CSSNSL cumpra o seu objetivo.

Assim, de consciência tranquila, na certeza que propicia o dever cumprido, sujeitamos o relatório de gestão do Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz à apreciação dos Digníssimos Associados.

1.5 Relação com Entidades Públicas e Privadas

O Órgão de Administração do Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz tem procurado intensificar as relações com diversas entidades, nomeadamente: Município de Santarém; Centro Distrital da Segurança Social; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Rede Europeia Anti Pobreza; União das I.P.S.S./CNIS; Instituições congéneres; Juntas da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém; Coletividades/Associações locais; mecenas e beneméritos, colaborando nas suas iniciativas e mantendo um relacionamento de interesse mútuo.

De modo a tornarmos os nossos projetos de maior abrangência regional, iremos continuar a querer manter relações privilegiadas com todas as Instituições e organismos referidos.

1.6 Situação Perante o Estado e Outros Entes Públicos

No período em causa a situação da Instituição perante as Finanças mostra-se regularizada, salvo algum processo de recuperação de IVA em análise.

Também de acordo com o Dec. Lei 411/91 de 17 de Outubro, a Instituição não tinha no final do período em análise, quaisquer dívidas em mora à Segurança Social.

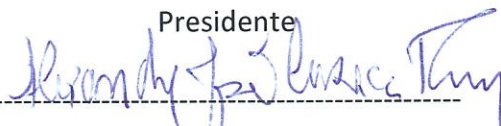
1.7 Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que os resultados do exercício no valor de € 3.604,27, (três mil seiscientos e quatro euros e vinte e sete cêntimos) sejam transferidos para resultados transitados.


24/03/2024

O Órgão de Administração,

Presidente



Vice-Presidente Área Administrativa



Vice-Presidente Área Financeira



Vice-Presidente Área Logística





2. Relatório Financeiro

1 Relatório Financeiro

1.1 Breve Análise Económica e Financeira

As prestações de serviços aos utentes atingiram, em 2023, o valor de 129.633,44, tendo aumentado 11,7% face ao ano anterior.

Os subsídios das Segurança Social atingiram o valor de 209.663,27 euros, o que é idêntico ao do ano 2022.

Relativamente ao custo das matérias-primas, géneros alimentares na sua quase totalidade, conheceram um acréscimo de 2,6%.

Quanto aos fornecimentos e serviços externos (despesas com água, luz, combustíveis, seguros, manutenção, etc.) sofreram um aumento de 6,8%, para o qual contribuiu a aquisição de pequenos utensílios (ferro engomar, caçarolas, aspirador, cafeteira, etc.) e o aumento dos gastos com gás.

Os gastos com o pessoal aumentaram 20,5%, devido ao aumento do salário mínimo, à atualização da tabela salarial e ao regresso de uma funcionária que estava de licença de maternidade.

Os outros rendimentos respeitam sobretudo à imputação da quota anual de subsídios para investimento (na mesma percentagem das depreciações), à venda de uma viatura e à consignação do IRS.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis (bens duradouros) conheceram um acréscimo de 11.416,86 euros devido à aquisição de vários bens (serra ossos inox, kit painéis, viatura elétrica, etc).

Em consequência do exposto, o resultado líquido foi positivo, cifrando-se em 3.604,27 euros. Relativamente à situação financeira, pode-se afirmar que a Instituição se apresenta sólida, com uma autonomia financeira na ordem dos 93% (capitais próprios / ativos), sendo o endividamento (6,9%) todo a curto prazo, sem dívidas vencidas (o passivo é constituído fundamentalmente por dívidas a fornecedores que passaram de 2023 para 2024, encargos com férias e subsídios de férias de 2023, a pagar em 2024, e pelos encargos com a Segurança Social e retenções na fonte de IRS dos salários de dezembro, a pagar em janeiro de 2024). Apresenta-se em seguida o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.



3.Contas do Exercício

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL N.SRA DA LUZ

ANO : 2023

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
 - 2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras
- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Principais políticas contabilísticas
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 7 - Inventários**
 - 7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada
- 8 - Rendimentos e gastos**
 - 8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
 - 8.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
 - 10.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
- 12 - Benefícios dos empregados**
 - 12.3 Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão
 - 12.4 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
 - 15.2 Informação por atividade económica
 - 15.3 Informação por mercado geográfico
 - 15.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz
Número de identificação de pessoa coletiva: 502920939
Lugar da sede social: Rua das Figueiras, Póvoa de Santarém
Endereço eletrónico: nossasenhoraluz@sapo.pt
Natureza da atividade: Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 dezembro 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 dezembro 2022.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não se registaram casos excecionais.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do

balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

- Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Instituição. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos (a entidade está isenta de IVA).

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	5.985,57	357.055,22	91.049,39	114.213,77	19.553,61		103.356,16	35.395,16		726.608,88
Depreciações acumuladas		180.511,55	90.996,90	114.213,77	19.553,61		95.290,21			500.566,04
Saldo no início do período	5.985,57	176.543,67	52,49				8.065,95	35.395,16		226.042,84
Variações do período		(7.435,91)	2.549,36	27.219,53			981,01	20.070,00		43.383,99
Total de aumentos			4.111,83	36.292,71			3.460,00	20.070,00		63.934,54
Aquisições em primeira mão			4.111,83	36.292,71			3.460,00	20.070,00		63.934,54
Total diminuições		7.435,91	1.562,47	9.073,18			2.478,99			20.550,55
Depreciações do período		7.435,91	1.562,47	9.073,18			2.478,99			20.550,55
Outras transferências			0,00							0,00
Saldo no fim do período	5.985,57	169.107,76	2.601,85	27.219,53			9.046,96	55.465,16		269.426,83
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>5.985,57</i>	<i>357.055,22</i>	<i>95.161,22</i>	<i>147.006,48</i>	<i>19.553,61</i>		<i>106.816,16</i>	<i>55.465,16</i>		<i>787.043,42</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>187.947,46</i>	<i>92.559,37</i>	<i>119.786,95</i>	<i>19.553,61</i>		<i>97.769,20</i>			<i>517.616,59</i>

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	5.985,57	357.055,22	91.049,39	114.213,77	19.553,61		102.316,17	20.962,00		711.135,73
Depreciações acumuladas		173.075,62	90.913,13	114.213,77	19.553,61		93.676,22			491.432,35
Saldo no início do período	5.985,57	183.979,60	136,26				8.639,95	20.962,00		219.703,38
Variações do período		(7.435,93)	(83,77)				(574,00)	14.433,16		6.339,46
Total de aumentos							1.039,99	14.433,16		15.473,15
Aquisições em primeira mão							1.039,99	14.433,16		15.473,15
Total diminuições		7.435,93	83,77				1.613,99			9.133,69
Depreciações do período		7.435,93	83,77				1.613,99			9.133,69
Saldo no fim do período	5.985,57	176.543,67	52,49				8.065,95	35.395,16		226.042,84
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>5.985,57</i>	<i>357.055,22</i>	<i>91.049,39</i>	<i>114.213,77</i>	<i>19.553,61</i>		<i>103.356,16</i>	<i>35.395,16</i>		<i>726.608,88</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>180.511,55</i>	<i>90.996,90</i>	<i>114.213,77</i>	<i>19.553,61</i>		<i>95.290,21</i>			<i>500.566,04</i>

7 - Inventários**7.1. Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários estão valorizados ao custo histórico.

8 - Rendimentos e gastos**8.2. Quantia de cada categoria significativa de réditos reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	132.329,44	119.691,08
Juros	4.225,24	43,81
Total	136.554,68	119.734,89

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	17.293,67	17.449,22
Trabalhos especializados	5.707,39	5.530,85
Vigilância e segurança	1.580,95	1.422,13
Conservação e reparação	10.005,33	10.364,99
Outros		131,25
Materiais	5.354,83	2.350,47
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.595,98	1.142,04
Material de escritório	1.180,04	868,75
Artigos para oferta		61,50
Outros	578,81	278,18
Energia e fluidos	24.646,13	25.465,08
Eletricidade	3.857,79	5.120,17
Combustíveis	7.694,55	9.583,70
Água	3.493,29	3.291,73
Outros	9.600,50	7.469,48
Serviços diversos	20.669,24	18.381,92
Rendas e alugueres	4.870,49	4.151,82
Comunicação	1.415,99	1.225,11
Seguros	3.332,39	2.797,44
Contencioso e notariado	20,00	88,00
Limpeza, higiene e conforto	9.851,46	9.133,47
Outros serviços	1.178,91	986,08
Total	67.963,87	63.646,69

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios da Segurança Social destinam-se a compensar déficits de exploração, pelo que são imputados como rendimentos do exercício.

12 - Benefícios dos empregados

12.3. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os Órgãos diretivos não auferem remunerações nem beneficiam de quaisquer outros benefícios pelo exercício dos seus cargos.

12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	219.149,00	181.853,66
Remunerações do pessoal	178.207,95	144.433,21
Encargos sobre as remunerações	37.197,40	30.934,17
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.123,81	1.827,19
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1.619,84	4.659,09

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**15.2. Informação por atividade econômica**

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	132.329,44	132.329,44
Fornecimentos e serviços externos	67.963,87	67.963,87
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	67.004,84	67.004,84
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	67.004,84	67.004,84
Gastos com o pessoal	219.149,00	219.149,00
Remunerações	178.207,95	178.207,95
Outros gastos	40.941,05	40.941,05
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	269.426,83	269.426,83
Total das aquisições	63.934,54	63.934,54
Adições no período de ativos em curso	20.070,00	20.070,00
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	119.691,08	119.691,08
Fornecimentos e serviços externos	63.646,69	63.646,69
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	65.339,19	65.339,19
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	65.339,19	65.339,19
Gastos com o pessoal	181.853,66	181.853,66
Remunerações	144.433,21	144.433,21
Outros gastos	37.420,45	37.420,45
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	226.042,84	226.042,84
Total das aquisições	15.473,15	15.473,15
Adições no período de ativos em curso	14.433,16	14.433,16
Propriedades de investimento		

15.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	132.329,44			132.329,44
Fornecimentos e serviços externos	67.963,87			67.963,87
Aquisições de ativos fixos tangíveis	63.934,54			63.934,54
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	119.691,08			119.691,08
Fornecimentos e serviços externos	63.646,69			63.646,69
Aquisições de ativos fixos tangíveis	15.473,15			15.473,15
Rendimentos suplementares:				

15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

Balço - (modelo para ESNL) em
31-12-2023
(montantes em euros)

CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL N.SRA
DA LUZ

RUBRICAS	DATAS	
	2023	2022
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	269.426,83	226.042,84
Investimentos financeiros	1.000,00	
Outros créditos e ativos não correntes	1.169,57	1.066,88
	271.596,40	227.109,72
Ativo corrente		
Inventários	4.136,61	4.040,62
Créditos a receber	25.509,97	29.953,16
Diferimentos	2.594,53	2.078,08
Caixa e depósitos bancários	337.061,65	379.635,41
	369.302,76	415.707,27
Total do ativo	640.899,16	642.816,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	26.241,18	26.241,18
Reservas	95.985,57	95.985,57
Resultados transitados	350.566,92	321.014,07
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	119.996,39	130.200,88
Resultado líquido do período	3.604,27	29.552,85
Total dos fundos patrimoniais	596.394,33	602.994,55
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores	6.794,03	5.599,30
Estado e outros entes públicos	4.698,74	5.727,82
Outros passivos correntes	33.012,06	28.495,32
	44.504,83	39.822,44
Total do passivo	44.504,83	39.822,44
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	640.899,16	642.816,99

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período de 2023
(montantes em euros)**

**CENTRO DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL N.SRA DA LUZ**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	132.329,44	119.691,08
Subsídios, doações e legados à exploração	265.869,16	256.148,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(67.004,84)	(65.339,19)
Fornecimentos e serviços externos	(67.963,87)	(63.646,69)
Gastos com o pessoal	(219.149,00)	(181.853,66)
Outros rendimentos	14.737,54	6.284,31
Outros gastos	(38.888,85)	(32.641,66)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos	19.929,58	38.642,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(20.550,55)	(9.133,69)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(620,97)	29.509,04
Juros e rendimentos similares obtidos	4.225,24	43,81
Resultado antes de impostos	3.604,27	29.552,85
Resultado líquido do período	3.604,27	29.552,85

**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2023
(montantes em euros)**

**CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
N.SRA DA LUZ**

RUBRICAS	PERÍODO	
	2023	2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes e utentes	129.706,94	115.882,08
Pagamentos a fornecedores	132.445,42	133.704,47
Pagamentos ao pessoal	143.851,23	117.666,82
Caixa gerada pelas operações	(146.589,71)	(135.489,21)
Outros recebimentos/pagamentos	155.856,81	182.298,17
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	9.267,10	46.808,96
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	63.934,54	16.853,15
<i>Investimentos financeiros</i>	1.000,00	
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos intangíveis</i>	1.500,00	
<i>Juros e rendimentos similares</i>	17,94	53,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(63.416,60)	(16.799,92)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Doações</i>	11.575,74	9.809,29
Pagamentos respeitantes a:		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	11.575,74	9.809,29
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(42.573,76)	39.818,33
Caixa e seus equivalentes no início do período	379.635,41	339.817,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	337.061,65	379.635,41



4. Parecer do Órgão de Fiscalização

Relatório do Conselho Fiscal do Exercício de 2023

Póvoa de Santarém, 14 de Março de 2024

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso parecer sobre as demonstrações financeiras do Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz, referentes ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e três.

2. No desempenho das nossas funções acompanhámos a atividade da instituição, tendo efetuado as verificações contabilísticas indispensáveis ao desempenho das novas funções.

As verificações acima tiveram como base a análise do balancete de Dezembro de dois mil e vinte e três, que incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

Verificação da conformidade dos balancetes com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

Procedemos à realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequada em função da materialidade dos valores envolvidos:

- a) Verificação das aquisições e abates dos elementos do ativo fixo.
- b) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- c) Análise e testes dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

3. O Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza, os fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, estão em conformidade e foram elaborados de acordo com os requisitos legais, de forma a permitirem uma adequada compreensão da posição financeira da instituição a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data.

4. Da Direção, serviços de contabilidade e funcionários, a quem nos apraz agradecer, recebemos os esclarecimentos e as informações que reputámos indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

Em face ao exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove as contas apresentadas pela direção, referentes ao exercício de dois mil e vinte e três.

O presente relatório vai ser devidamente assinado por todos os membros presentes.

O Conselho Fiscal

Presidente



Vice-Presidente



Vogal

